

## Celso Furtado e a Formação da Cultura Brasileira

**Maria Eduarda da Mota Rocha**

Universidade Federal de Sergipe (UFPE)  
me.rocha@uol.com.br

**Resumo:** Em tempos de resgate da contribuição de Celso Furtado sobre a cultura, este artigo analisa especificamente os argumentos e pressupostos de um pequeno texto publicado por ele sobre a formação da cultura brasileira, tecendo comparações e contrastes com autores que trataram do mesmo tema e com as linhas gerais da formação econômica do Brasil segundo o próprio Furtado.

**Palavras-chave:** Furtado, Cultura, Barroco

**Abstract:** This article analyses the main propositions of a small text of Celso Furtado about the building up of Brazilian culture, in comparison to the work of others authors that focused the same subject and also in comparison to the work of Furtado about the building up of Brazilian economy.

**Key words:** Furtado, Culture, Baroque style

**Resumen:** En tiempos de recuperación de las contribuciones de Celso Furtado acerca de la cultura, ese artículo examina específicamente los argumentos y supuestos de un breve texto publicado por él acerca de la formación de la cultura brasileña, a partir de comparaciones y contrastes con los autores que se ocuparon del mismo tema y con las líneas generales de la formación económica de Brasil según el propio Furtado.

**Palabras claves:** Furtado, Cultura, Barroco

Nos dias de hoje, a especialização do trabalho intelectual chegou a tal ponto que pode soar estranho recuperar a contribuição de um economista sobre a cultura, tanto mais se esta contribuição é retomada a partir de um texto aparentemente tão despretensioso como é “Formação Cultural do Brasil” (Furtado, 1999). Mas este é exatamente o propósito deste artigo. Antes de mais nada, justifica essa empreitada o fato de que Celso Furtado faz parte de uma geração e de uma tradição de pensamento em que a distinção entre as diversas disciplinas das humanidades não faz muito sentido, e demonstrar esse fato é o mesmo que tecer uma crítica ao excesso de especialização que tem afastado essas disciplinas umas das outras, com perdas para todas elas.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Autora de vários artigos sobre cultura, mídia e consumo, e dos livros *A Nova Retórica do Capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais* (Edusp, 2010) e *Pobreza e Cultura de Consumo em São Miguel dos Milagres* (Edufal, 2002).

No caso de Celso Furtado, a abrangência de perspectiva transparece no uso do conceito de “formação” para tratar da economia, centro de suas preocupações, mas também da cultura, como veremos no caso do texto acima citado. O conceito de “formação” conecta as diferentes dimensões da vida social, ao tratá-la como uma totalidade em processo. Através dele, a perspectiva do materialismo dialético se manifesta no pensamento de Furtado, articulando a economia e a cultura em um nível muito fundamental em que se apresentam enquanto dimensões de uma mesma realidade em transformação.

Atento à complexidade da vida social, Furtado sublinha, em diversas passagens, a dimensão cultural do desenvolvimento, por assim dizer, econômico. Vejamos esta definição que ele dá ao próprio termo: “processo de mudança social pelo qual um numero crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (Furtado, 1964, 27). O caráter histórico das necessidades humanas é destacado, como uma crítica ao tratamento usual da economia. Se são históricas e não inatas, as necessidades humanas são culturais. Sendo assim, o próprio processo de desenvolvimento não pode ser entendido como estritamente econômico, como mera oferta de bens, e sim, como um “projeto de autotransformação social” que necessariamente põe em pauta os valores da coletividade humana em questão. Diz Furtado: “O desenvolvimento, além de ser um fenômeno de aumento da produtividade do fator trabalho que interessa aos economistas, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões do desenvolvimento – econômica e cultural – não podem ser captadas senão em conjunto” (Furtado, 1975, 129).

Portanto, a cultura está pressuposta em toda a teorização sobre o desenvolvimento econômico que Furtado desenvolve, e isso não tem passado despercebido entre seus estudiosos (Cf. Bolaño, 2011) . Mas ela também foi objeto de uma atenção enquanto dimensão específica da totalidade em processo que constitui a vida social, em um texto de 1984 intitulado “Reflexões sobre a cultura brasileira”, republicado em 1999 sob o título “Formação Cultural do Brasil” (Furtado, 1984; Furtado 1999). O conceito de formação utilizado para pensar a cultura e a economia brasileira vincula Furtado à grande tradição de pensamento social cuja obra seminal é “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, publicada em 1942. Para este autor, o “sentido da colonização” é uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, dirigida com certa orientação. Do ponto de vista metodológico, isto implica que os fatos particulares devem ser abordados buscando essa linha.

O conceito de formação expressa essa concepção, que se que se espalhou entre a intelectualidade brasileira desde então. Sua popularidade se explica muito por seu potencial explicativo acerca da condição própria a um país periférico de desenvolvimento dependente, no qual a constituição da nação foi/é um processo tortuoso, problemático, cheio de impasses, mas também, de possibilidades.

A formação é um processo com sentido, e este sentido, via de regra, é a internalização de certa dinâmica, econômica, política, literária... Como conceito, guarda uma relação umbilical com o marxismo e sua perspectiva histórica, ao focar a maneira como um determinado fenômeno se manifesta ao longo do tempo. Na sucessão temporal em que organiza os fatos, o conceito de formação aponta para um preenchimento progressivo do ente em questão, que vai ganhando as suas determinações. Ao final do processo, o que estava pressuposto, o que só existia em potência, passa a existir de fato, na medida em que passa a ter em si mesmo as suas próprias determinações. A análise furtadiana da economia brasileira pode ser vista sob esse prisma, na medida em que ela traça uma internalização progressiva das variáveis fundamentais e do comando da acumulação capitalista. Mas o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho o torna mais vulnerável às ondas de influência que vem do centro do sistema capitalista mundial, de maneira que a formação é um processo inconcluso e problemático. O mesmo acontece na interpretação da cultura brasileira, como veremos.

Mas antes de chegar ao texto de Furtado, é importante registrar, nas trilhas de Paulo e Otília Arantes, que o tema da formação é uma verdadeira obsessão nacional (1997). Como preocupação e idéia, esteve presente até mesmo lá onde o conceito não é tão explícito, como em *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e nas primeiras obras de Caio Prado Júnior. Desde então, está no título e no centro de livros que versam sobre temas muito diferentes, tais como *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958), de Raimundo Faoro, *Formação da Literatura Brasileira* (1959), de Antônio Cândido, e, claro, *Formação Econômica do Brasil* (1959), do próprio Furtado.

Dito isto, fica clara a inserção deste autor em uma tradição de pensamento caracterizada sobretudo pela problematização do processo de constituição da nação em suas múltiplas dimensões, como o Estado, a economia, a literatura. Esse legado comum é, sobretudo, o próprio conceito de formação e as implicações que ele traz, como a perspectiva histórica e o reconhecimento do caráter problemático da emergência da nação. Mas as respostas de cada autor tem muitas especificidades, como não poderia deixar de ser em se

tratando de obras dessa envergadura. Como sublinham Paulo e Otilia Arantes Arantes, a formação, no mais das vezes, é situada no futuro, como algo a ser conquistado: a superação da inorganicidade, da herança portuguesa rural e personalista, do patrimonialismo atávico do Estado... Talvez somente Antonio Cândido se distancie dessa visão ao perceber, na literatura, uma dimensão da vida brasileira que se autonomizou o suficiente para que se possa falar em formação como um processo concluído. A partir de Machado de Assis, completa-se a literatura brasileira enquanto um sistema tripartite, que articula uma tradição anterior e vincula de modo sistemático, não errático ou casual, o autor, sua obra, e o público (Cândido, 1959).

De certa forma, o texto de Celso Furtado sobre a formação cultural do Brasil expressa as duas perspectivas, a de um processo que atinge um patamar a partir do qual é possível falar em uma cultura brasileira formada, mas também a de que a autonomia desta cultura permanece problemática. Ele começa apresentado o processo através do qual a cultura brasileira se constituiu, de fato, como algo diferente da sua matriz européia. Mas termina apontando os riscos que, já no século XX, ameaçavam fazer retroceder essa cultura a uma condição subordinada e, de certa forma, inautêntica. Vamos, então a uma apresentação de seus principais argumentos.

O ponto de partida de Furtado é a idéia de que a sociedade brasileira é fruto da mundialização da civilização européia no século XVI (Furtado, 1984). A colonização tem início com a transposição de instituições sociais, culturais, econômicas, do centro do sistema capitalista mundial para a sua periferia. Entender a cultura brasileira exige, antes de mais nada, que se especifique de que instituições estamos falando, porque o centro do capitalismo não é homogêneo. Isso implica em entender a posição particular do mundo ibérico em relação ao resto da Europa. Do ponto de vista cultural, a disputa entre o tradicionalismo católico e o racionalismo próprio das áreas protestantes do Norte da Europa teria levado Portugal e Espanha a uma espécie de volta sobre si mesmo do qual o barroco é o resultado. A "fuga do mundo" que é própria do barroco (Bosi, 1982, 38) expressa a necessidade de resistência ao racionalismo crescente das áreas protestantes européias e se transplanta para as colônias, onde sofre uma série de adaptações. Assim tem início a formação da cultura brasileira. De saída, ela seria barroca e portuguesa na temática e no estilo, mas, ao incorporar progressivamente motivos locais e valores culturais dos dominados, ela começaria a se diferenciar de sua matriz lusitana. Da mesma forma como no plano da interpretação da economia brasileira, a idéia de formação liga a situação local ao centro ao mesmo tempo em que aponta a sua diferenciação paulatina.

Neste ponto, a análise de Furtado se aproxima da quela de Antonio Cândido, para quem o barroco expressa a presença, na colônia, da religião como princípio político, administrativo, mas também estético e filosófico (Cândido, 1973). Tratando especificamente da literatura, Cândido destaca como ponto essencial o ajustamento de uma tradição literária já provada (a portuguesa) às novas condições de vida nos trópicos. Os poucos escritores tinham formação lusitana; o público ou era português ou era determinado por necessidades práticas (administrativas e religiosas). Só no XIX, surgiram escritores aqui formados escrevendo para um magro público local (Cândido, 1973).

Mas qual o lugar das outras matrizes da cultura brasileira em seu processo formativo? Tão importante quanto identificar a presença das três heranças, portuguesa, negra e indígena, é discernir a tônica de interação entre eles. A formação desta cultura equivale à sua diferenciação em relação à matriz européia, a partir da adaptação de uma tradição metropolitana às condições da colônia, como no caso da literatura dos três primeiros séculos. Mas esta diferenciação é alcançada também através do hibridismo entre a cultura dos brancos e dos demais. Entretanto, a mestiçagem cultural é pensada sob o crivo da dominação e isso aproxima a reflexão furtadiana muito mais de Florestan Fernandes do que de Gilberto Freyre, por exemplo (Fernandes, 1972; Freyre, 2005).

Analisando especificamente o lugar do negro e do mulato na composição da cultura brasileira, Florestan Fernandes reconhece, como Furtado, que o Brasil criado a partir da sociedade colonial não é resultado da vontade isolada do colonizador branco. Mas adverte que esta sociedade foi montada para este branco. A “união” foi fundada na imposição de cima para baixo, e não no respeito a diferentes culturas postas em contato. A principal conseqüência é que as heranças culturais que não se harmonizaram ao padrão de unidade nacional se perderam no processo. Uma maior interação construtiva entre diferentes heranças culturais teria ocorrido mais nas comunidades de subsistência, cuja influência nos rumos do país foi pequena. De maneira que, antes de alcançar uma verdadeira democracia, do ponto de vista cultural, a sociedade brasileira impôs ao negro sua negação como raça portadora de cultura (Fernandes, 1972, 15).

Em direção semelhante, Furtado conclui que o português, sendo minoria do ponto de vista demográfico, teria conseguido impor sua língua e sua religião aos demais grupos étnicos por causa de sua posição de mando que lhe permitia permanecer ligado à sua cultura de origem, o que não acontecia com os outros elementos da sociedade colonial, que iam perdendo sua identidade originária. Na visão dos dois autores, a cultura brasileira

expressa essa relação de dominação, muito mais do que um “encontro das raças” que constitui uma concepção bastante vulgarizada do seu processo de formação.

A unidade forçada que caracteriza a nossa cultura nos três primeiros séculos recebe de Furtado o nome de “síntese barroca” e constitui o primeiro momento da formação da cultura brasileira. Em primeiro lugar, porque o catolicismo era muito mais do que uma religião, era uma visão de mundo que se espalhava para todas as dimensões da vida social, política, econômica e, claro, cultural em sentido amplo. Tanto que ele abarcava o grosso da produção simbólica que deixou registro: a literatura, quase sempre restrita a sermões e a relatórios de membros do clero (Cândido, 1973), mas sobretudo a arquitetura e a escultura sacras que são praticamente sinônimo de cultura brasileira do período colonial, especialmente em Pernambuco e na Bahia dos primeiros séculos, e em Minas Gerais e no Rio de Janeiro do século XVIII.

Descrevendo a “síntese barroca” como a onipresença da matriz católica na cultura brasileira, Furtado avança outra idéia muito interessante: a de que este quadro cultural praticamente se congelou nos três primeiros séculos, devido, em primeiro lugar, ao próprio imobilismo do mundo ibérico, mais resistente à influência das correntes de pensamento burguesas, protestantes e racionalistas. Em segundo lugar, temos o fato de que este imobilismo era muito maior na colônia, mais distante da presença daquelas correntes que se tornava cada vez mais inevitável mesmo no sul da Europa. Neste sentido, a cultura brasileira aparece como um ramo que se desprende do tronco principal e se desenvolve paralelamente até ser religado ao centro no final do século XVIII, quando aquelas correntes passaram a ser mais fortemente difundidas na colônia através dos filhos de senhores rurais que voltavam das universidades européias.

O barroco mineiro da segunda metade do século XVIII é um momento que marca o auge e o início do declínio dessa unidade forçada da cultura brasileira segundo a matriz branca e católica. Isso explica porque Furtado vai considerar Aleijadinho o “último gênio da Idade Média”, como um resquício de uma forma cultural cuja existência é devida à própria condição colonial que lhe reservava um lugar que ela já não podia ter no centro do sistema (Furtado, 1984). Neste ponto, ele parece não levar em consideração a influência do Renascimento sobre a cultura barroca, salientada por Bosi quando trata especificamente da literatura. Para este autor, os descobrimentos alimentaram uma concepção messiânica da Coroa e da nobreza, cujos traços arcaizantes foram acentuados pela Contra-reforma e pela Companhia de Jesus. É nesse mundo que se incuba a maneira barroco-jesuítica, e, por isso, ele se volta para si mesmo, mas não retorna à mentalidade medieval, porque



herda as duas formas de elocução que são próprias ao Renascimento: o classicismo e o maneirismo. A razão desta discrepância entre os autores pode estar no tipo de produção cultural por eles considerada.

O século XVIII pode ser visto, simultaneamente, como o auge da cultura barroca, no ciclo da mineração, e como o começo do seu declínio, pela emergência das primeiras manifestações de arcadismo e classicismo na literatura. Antonio Cândido aponta para a formação de uma camada neoclássica sob o sedimento barroco, relacionada ao Ciclo Pombalino iniciado em meados do século XVIII, quando a confiança na razão veio alargar a visão religiosa de mundo e, em vez da transfiguração que é própria da literatura no período anterior, impôs-se cada vez mais uma preocupação com a investigação e a fidelidade ao real (Cândido, 1973). Neste período, muitos brasileiros matemáticos, médicos e cientistas naturais, formados em Coimbra e outros centros da Europa foram os mentores dos levantes liberais no Brasil. A eles se somava os nossos primeiros publicistas, mas a produção literária permanecia muito restrita pela ausência de público local.

O que se vê, então, é o Bosi chama de “discronia de formas expressivas” (1982, 40). Enquanto a escultura e a arquitetura praticamente ignoravam o classicismo e todas as outras correntes ilustradas, como fez Aleijadinho, na poesia, a influência destas correntes já se fazia sentir. Os produtores de literatura estavam muito mais próximos da ilustração do que os mestres-de-obra e os compositores religiosos de Minas Gerais e Bahia, cujos modelos remontavam ao barroco seiscentista (Bosi, 1982, 38). A divisão social expressa nas formas culturais de cada tipo de produção indica o início do segundo momento da formação da cultura brasileira, caracterizada pelo afastamento entre a elite e o “povo”, segundo Furtado (1984). No caso da produção cultural que deixou registro, essa divisão se expressa na discronia entre a criação de artistas influenciados pela ilustração e os demais. Mas ela se estende ao conjunto da cultura brasileira, como mostra Furtado ao tratar do segundo momento de sua formação.

Entretanto, antes de analisá-lo, é interessante registrar o paralelo entre esta interpretação da dinâmica cultural e a visão furtadiana da dependência na esfera econômica. Em ambas as dimensões, ondas de inovação vindas do centro provocam complexos reajustes nas sociedades dependentes, mas, a cada rodada, se deparam com um campo de forças mais espesso, em que a influência daquelas ondas é cada vez mais filtrada pela dinâmica local. Neste sentido, um fator explica muito do congelamento do quadro cultural no Brasil, ou da lentidão na sua transformação: a ausência de uma

burguesia mercantil poderosa que disseminasse as correntes de pensamento racionalistas em contraposição à síntese barroca que expressava o poder do Estado, da Igreja (indissociáveis naquele contexto) e da elite agrária. Furtado atenta para o fato de que, diferentemente de outras colônias, as atividades mercantis que guiavam o processo econômico aqui permaneceram mediadas por agentes metropolitanos. Até muito tardiamente, não se formou uma classe de comerciantes capaz de disputar o poder com os senhores rurais e o congelamento do quadro cultural brasileiro expresso no barroco manifesta esta situação.

A posição subordinada das outras matrizes, indígenas, negras e mestiças, também ajuda a explicar a força e a longevidade da síntese barroca. Mas isso não significa que toda a cultura estivesse diluída nesta síntese. A língua, por exemplo, ao mesmo tempo em que é expressão maior da dominação branca e católica, ao incorporar palavras de outras origens manifesta a presença daquelas outras matrizes. “Síntese”, então, não significa abolição do outro, mas sua incorporação em uma posição subalterna. O exemplo mais cabal é a Igreja dos Homens Pretos, diferente daquela para os homens brancos, mas ainda uma igreja católica. Além desta diferenciação em termos sociais, existe uma outra, geográfica, que Furtado introduz no seu argumento: a presença barroca era muito mais forte nos centros exportadores, onde se concentrava a maior parte dos brancos católicos. Nas franjas da colônia, as misturas interculturais foram criando as manifestações que diferenciavam as regiões entre si. Nos porões e nos rincões, a cultura brasileira ia se diversificando na medida mesma em que ia se hibridizando, enquanto no altar as manifestações barrocas permaneciam sendo reverenciadas.

O segundo momento da formação cultural do Brasil é justamente a ruptura desta síntese barroca, a partir da segunda metade do século XVIII. Aqui também é possível traçar um paralelo com a *Formação Econômica do Brasil*, com aquilo que Furtado descreve como o encerramento da etapa colonial (1979, Parte II, Cap. VII). Neste período, a economia brasileira articulou-se ao sistema econômico em maior expansão na época: a Inglaterra. O Ciclo do Ouro, a chegada da Corte, a Independência marcam a crescente abertura ao sistema mundial sem a mediação de Portugal. Ocorreu um aumento significativo da urbanização e da chegada de imigrantes de outras nacionalidades européias. Com o café e o algodão, sob efeito da Revolução Industrial, alterou-se o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho: de produtor de bens de luxo, como o açúcar até então, para bens de consumo de massa, como o café rapidamente veio a ser (Braudel, 1995, 222). Isto teve efeitos muito mais dinamizadores na periferia, do ponto de vista dos



negócios intermediários que uma produção em larga escala demanda, tais como o comércio, os transportes, as finanças. Além disso, em 1808 intensificou-se significativamente a formação de um aparelho administrativo mais amplo e centralizado, que seria a base do Estado nacional a partir de 1822. Em certas passagens, Furtado parece minimizar os efeitos dessas mudanças, quando identifica como saldo do período apenas a instalação de um rudimentar sistema administrativo, de um banco e a preservação da unidade nacional (1979, Parte III, Cap. XX). Provavelmente, isso se deve ao contraste com as possibilidades desperdiçadas, um elemento normativo que permeia sua obra e em função do qual os fenômenos históricos são avaliados.

De todo modo, encerrada a etapa colonial, emergiu uma economia, uma sociedade e, como já veremos, uma cultura mais complexa na ex-colônia. Do ponto de vista da estrutura social, surgiram mais níveis intermediários e tipos sociais situados entre os senhores e os escravos, nos quais as correntes de pensamento racionalistas ganharam cada vez mais força, inclusive porque, desde o início do século XIX, passaram a contar com as Faculdades de Direito e Medicina como centros difusores, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A maior disseminação de tradições de pensamento burguesas e racionalistas criou, nos principais núcleos urbanos, grupos sociais que contestavam a matriz católica a partir daquelas correntes. Do ponto de vista estritamente cultural, como vimos, a principal consequência é a ruptura da síntese barroca através de uma divisão entre a elite e o “povo”. No tocante ao estilo de vida, essa divisão se explica em parte pela dinâmica da modernização dependente, em que o excedente gerado pela exportação de produtos primários e retido localmente, é usado para modelar os padrões de comportamento de forma a estimular a importação de bens de consumo. Isto permite uma europeização maior das elites e sua diferenciação em relação aos hábitos de consumo locais.

O resultado é que a ruptura pós-barroco não deu lugar a um novo processo criativo, mas à imitação. Em certo sentido, essa interpretação pode ser aproximada àquela de Roberto Schwarz, quando trata da disparidade entre a sociedade brasileira escravista e as idéias liberais européias difundidas na época de Machado de Assis (Schwarz, 2000, 12). A principal marca deste novo quadro cultural é mesmo a divisão entre a elite e o “povo”. A primeira se voltava para os outros centros da cultura européia, de onde brotava os fluxos de bens de consumo. O “povo” era reduzido a símbolo do atraso, enquanto sua criatividade e herança cultural não-européia eram desvalorizadas. Esse desprezo lhe permite continuar seu processo formativo com relativa autonomia, até pelo menos o

advento do romantismo no Brasil. Suas influências não-européias se consolidaram e as diferenças regionais se ampliaram. Teríamos, assim, uma nova etapa da formação cultural do Brasil, em que, mais preocupada em reproduzir padrões de consumo e de pensamento europeus, as elites nacionais teriam afrouxado o controle sobre os intercâmbios e hibridismos culturais que aconteciam nas margens da sociedade brasileira e que constituíam um momento crucial daquela formação, interrompido a partir do começo do século XX.

O terceiro momento do nosso processo formativo no âmbito da cultura é justamente aquele em que as elites se voltam para as culturas populares em busca de elementos para compor a identidade nacional. Na verdade, pelo menos do ponto de vista da literatura, o romantismo do século XIX já era marcado por este propósito. Mas, na literatura romântica, o “povo” permanecia mais um tema do que um elemento cuja experiência moldava de fato a forma literária propriamente dita, em função das “distorções idealizantes” que marcaram aquela tradição (Bosi, 1982, 154). Já Furtado se concentra no advento de uma cultura de massas, no século XX, como o principal fator de desestabilização do quadro cultural baseado na dicotomia elite/povo. Na base material dessa mudança, esteve o isolamento provocado pelas Guerras e pela crise do café, que intensificaram a industrialização apoiada no mercado interno. Além disso, o despontar da economia norte-americana no cenário mundial dotou aquele país de meios de difusão cultural extraordinários, como o cinema, a publicidade, o rádio e, mais tarde, a televisão. Por outro lado, internamente, a urbanização tornava mais visível a presença do “povo” e a industrialização e a racionalização do Estado abriam caminho para o surgimento de novas ocupações que fizeram crescer a classe média, estimulando o surgimento de uma cultura em que os diferentes tipos sociais pudessem se reconhecer.

Furtado está longe de ser o único a perceber o caráter transclassista da cultura de massa. Na verdade, esta visão é recorrente em autores de perspectivas tão diferentes quanto Jesus Martin Barbero e Gabriel Cohn. Como mostrou este último autor, historicamente, a cultura de massa significou um processo de nivelamento cultural que forjou um novo espaço de produção e consumo de formas simbólicas, constituído em função de um público consumidor emergente identificado como classe média (Cohn, 1973, 55). Este universo cultural, em formação na Europa desde pelo menos o século XVIII, foi estendendo suas fronteiras e ocupando espaços até então destinados às culturas populares ou à produção cultural voltada à elite cortesã. Na verdade, o nivelamento cultural designado pelo termo “cultura de massa” fomentou um novo compromisso entre as

camadas populares e a burguesia tornada elite hegemônica. Martín-Barbero identifica o mesmo processo através do qual a cultura de massa veio a ser este âmbito de integração das camadas inferiores à sociedade urbano-industrial, integração esta mais simbólica do que propriamente material ou política (1987, 134). Não se trata da aniquilação de matrizes culturais populares ou mesmo eruditas, mas de seu redirecionamento rumo à composição da hegemonia burguesa. Esta hegemonia pautou-se fortemente na integração das camadas populares ao mercado de bens materiais e simbólicos, adensando aquele público identificado por Cohn.

Furtado observa o mesmo processo e reconhece que o “nivelamento cultural” que conduz as classes médias e populares na direção de uma cultura de massas faz com que a relação entre elas seja de envolvimento, mais do que de exclusão. Mas o quadro passa a ser condicionado pela presença de uma indústria transnacional de cultura que opera como instrumento de modernização dependente, restando apenas alguns enclaves de autonomia criativa entre segmentos de classe média sensíveis ao valor das culturas populares, onde se esboça a possibilidade de uma nova síntese, desta vez, não baseada na dominação dos brancos sobre os demais, e sim, na interlocução livre entre as diferentes matrizes culturais. Isso porque, apesar da força da indústria transnacional de cultura, o fato mais importante do século XX, no tocante à cultura brasileira, é a descoberta do país real pelos artistas e intelectuais, apesar de comprimidos entre a influência daquela indústria e a maior visibilidade das culturas populares. Mas a conclusão de Furtado é a de que tanto estas culturas quanto os enclaves de classe média estão ameaçados de “descharacterização”. Com a expansão dos meios de comunicação de massa em escala global, resta saber quem terá direito ou não à criatividade e quem será relegado à condição de meros consumidores de bens culturais.

Apesar de o caráter transnacional da indústria cultural brasileira não ter se confirmado ao longo do tempo (Ortiz, 1988), as pistas deixadas por Furtado são muito interessantes. Elas permitem, inclusive, uma comparação com a *Formação Econômica do Brasil*, pelos três momentos que caracterizam ambos os processos, econômico e cultural. Mas as suas direções não parecem as mesmas. No primeiro, há a formação de um sistema econômico autônomo que, apesar de avançar sem se completar devido ao padrão dependente, passa a ser cada vez mais capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, pela sedimentação de elementos trazidos a cada nova fase que levam à crescente internalização das variáveis econômicas fundamentais. Já no plano da cultura, a ênfase está mais na perda de unidade e de autonomia diante da cultura de massas americanizada, a

partir do século XX. Em ambos, a formação conduz à modernização dependente, termo que expressa a própria ambigüidade do conceito de “formação”, como algo que caminha em certa direção, mas que ainda não se completou. Em ambos, Furtado aponta a necessidade de uma vontade coletiva que possa levar a economia brasileira a satisfazer as necessidades de seu povo e a cultura, a expressar os seus valores. Esta é, talvez, a sua mensagem mais poderosa e atual.

#### Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo, ARANTES, Otilia. **O Sentido da Formação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BOLANÕ, César. “O conceito de cultura em Celso Furtado: uma alternativa latino-americana para o debate sobre inovação e criatividade”. Mimeo, 2011.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982 (3 ed.)

BRAUDEL, Ferdinand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo** – séculos XV-XVII. Vol. I – As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: (momentos decisivos)**. São Paulo: Martins Fontes, 1959

\_\_\_\_\_. “Letras e idéias no Brasil Colonial”. In BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, vol. 2. – A Época Colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973 (3 ed.).

COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 16.ed. . Sao Paulo: Ed. Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. “Reflexões sobre a cultura brasileira”. In **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. “Formação Cultural do Brasil”. In **O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1998.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Global Ed., 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los Medios a las Mediaciones** - Comunicación, Cultura y Hegemonía. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1987.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira** – Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia . 7. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar” In **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro . 4. ed. -. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.